



**ESTADO DO CEARÁ
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA**

EDITAL Nº 007/2010

A DOUTORA MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO FRANÇA PINTO, PROCURADORA GERAL DE JUSTIÇA, no desempenho de suas atribuições institucionais, com fundamento no art.37, Parágrafo Único, da Lei Federal nº 8.625, de 12 de fevereiro de 1993 c/c artigo 105, Parágrafo Único da Lei Complementar nº 72, de 12 de dezembro de 2008.

CONSIDERANDO o disposto na Lei Complementar Estadual nº 72/2008, que prevê a atividade de estagiários no âmbito do Ministério Público do Estado do Ceará;

CONSIDERANDO o disposto no convênio nº 013/2009, firmado entre o Ministério da Justiça/Secretaria de Reforma do Judiciário e o Ministério Público do Estado do Ceará, cujo objetivo é a implementação do Núcleo de Justiça Comunitária do Grande Bom Jardim;

CONSIDERANDO que de acordo com o projeto básico integrante do mencionado convênio, o detalhamento de despesas com pagamento de bolsa de estudo a estagiários acadêmicos, com recursos financeiros repassados pela concedente, nas áreas de Direito, Psicologia, Serviço Social e Estatística;

CONSIDERANDO o processo nº 10828/2010-9 oriundo da Coordenação dos Núcleos de Mediação Comunitária, requisitando a seleção de 05(cinco) estagiários nas áreas de Direito, Psicologia, Serviço Social e Estatística, para exercerem suas funções no Núcleo de Justiça Comunitária do Grande Bom Jardim;

CONSIDERANDO o disposto no convênio nº 025/2009, firmado entre o Ministério da Justiça/Secretaria de Reforma do Judiciário e o Ministério Público do Estado do Ceará, cujo objetivo é incrementar o apoio administrativo da Promotoria de Justiça do Juizado de Combate a Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de Juazeiro do Norte;

CONSIDERANDO o processo nº 14364/2010-1 oriundo da Promotoria de Justiça do Juizado de Combate a Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de Juazeiro do Norte, requisitando a seleção de 03(três) estagiários nas áreas de Direito, Psicologia e Serviço Social, para exercerem suas funções no referido órgão ministerial;



ESTADO DO CEARÁ
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

CONSIDERANDO a falta de candidatos habilitados para exercerem suas funções na Promotoria de Justiça do Juizado de Combate a Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher e nos Núcleos de Justiça Comunitária do Pirambu e da Messejana, como bem dispõe os convênios nº 069/2008 e 079/2008, respectivamente;

CONSIDERANDO o processo nº 6524/2010-0, advindo da Promotoria de Justiça de Combate a Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher e o processo nº 810/2010-9, procedente da Coordenação dos Núcleos de Mediação Comunitária, ambos alvitando a seleção de acadêmicos para suprirem as vagas que se encontram ociosas, em virtude da carência de candidatos no cadastro de reserva;

CONSIDERANDO a escolha das Instituições de Ensino Superior no âmbito do Estado do Ceará que viabilizarão o recrutamento de estagiários para participação do certame seletivo.

CONSIDERANDO enfim, que as atividades de estágio constituem valiosos instrumentos de aprendizagem, por propiciar ao estagiário a complementação de sua atividade discente, mediante acompanhamento e avaliação permanentes, de modo a constituir instrumento de integração em termos de treinamento prático, de aperfeiçoamento técnico-cultural, científico e de relacionamento humano;

RESOLVE:

I – Tornar público, para conhecimento dos interessados, que no período compreendido de 06/09/2010 a 14/09/2010, das 8:00 às 14:00 horas, estarão abertas as inscrições para o exame de seleção de estagiários, nas áreas acadêmicas e quantitativos definidos no Anexo I, a ser formalizado no Núcleo Gestor de Estágio do Ministério Público do Estado do Ceará, situado na sede da Procuradoria Geral de Justiça na rua Assunção, nº 1100, bairro José Bonifácio e na sede da Promotoria de Justiça do Juizado de Combate a Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de Juazeiro do Norte, mediante preenchimento de formulário para esse fim destinado, disponível no local da inscrição.

II- No período compreendido de 15/09/2010 a 21/09/2010, serão analisados pelo NUGE (Núcleo Gestor de Estágio) os pedidos de inscrição, sendo indeferidos aqueles que tiverem em desacordo com as regras previstas no presente edital;

III – O candidato deverá instruir o requerimento de inscrição com os seguintes documentos autênticos:

- a) prova de haver implementado um percentual de 40%(quarenta por cento) da totalidade dos créditos do curso de graduação nas áreas acadêmicas definidas neste edital(Certidão emitida pela



ESTADO DO CEARÁ
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Instituição de Ensino Superior), acompanhada de planilha das disciplinas cursadas e das notas obtidas(Histórico Escolar) e de estar matriculado(Comprovante de matrícula) em um dos estabelecimentos de Ensino Superior do Estado do Ceará, abaixo relacionados, conveniados com o Ministério Público do Estado do Ceará :

	ENTIDADE DE ENSINO SUPERIOR	NÚMERO DO CONVÊNIO
1	Universidade Federal do Ceará - UFC	16/2009
2	Universidade Estadual do Ceará - UECE	17/2009
3	Universidade Regional do Cariri - URCA	18/2009
4	Universidade Vale do Acaraú – UVA	19/2009
5	Universidade de Fortaleza - UNIFOR	20/2009
6	Faculdade Paraíso do Ceará – FAP	21/2009
7	Faculdade Sete de Setembro – FA7	22/2009

O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (CF, art. 127)



ESTADO DO CEARÁ
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

8	Instituto de Ensino e Cultura – ICEC	23/2009
9	Instituto de Ensino Superior do Ceará – IESC	24/2009
10	Inst. Fil. Teol. N. S. I. Rainha do Sertão - IFTNSIRS	25/2009
11	Faculdade Integrada do Ceará - FIC	26/2009
12	Faculdade Farias Brito - FFB	27/2009
13	Faculdade Christus	28/2009
14	Faculdade Cearense - FAC	29/2009
15	Faculdade Juazeiro do Norte – FJN	30/2009
16	Faculdade Metropolitana da Grande Fortaleza - FAMETRO	31/2009
17	Faculdade Vale do Salgado - FVS	32/2009
18	Instituto de Ensino Superior de Fortaleza - IESF	33/2009
19	Faculdade Ateneu - FATE	34/2009
20	Faculdade Terra Nordeste - FATENE	35/2009
21	Instituto Superior de Teologia Aplicada - INTA	36/2009
22	Faculdade de Tecnologia Intensiva - FATECI	37/2009
23	Faculdade de Tecnologia Informática - FATI	38/2009
24	Faculdade de Ciências Tecnológicas de Fortaleza - FCTFOR	39/2009
25	Faculdade Luciano Feijão – FLF	40/2009

O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (CF, art. 127)



ESTADO DO CEARÁ
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

26	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará - IFCE	41/2009
27	Faculdade Nordestes-FANOR	05/2010
28	Faculdade Leão Sampaio	06/2010

b) declaração de disponibilidade de horário e opção de turno (modelo disponível no local da inscrição);

c) declaração de inexistência de antecedentes criminais emitida no sítio eletrônico do TJ-CE (www.tjce.jus.br);

d) Documento relativo à qualificação pessoal do candidato (RG, CPF OU CNH) e certidão da quitação eleitoral emitida no sítio eletrônico (www.tre-ce.gov.br) e militar (cópia do reservista), se for o caso;

e) atestado de sanidade física e mental;

f) atestado de idoneidade fornecido por 03 (três) membros do Ministério Público, ou seguintes autoridades:

1. Juízes
2. Defensores Públicos
3. Procuradores do Estado
4. Procuradores do Município
5. Delegados
6. Oficiais de Corporação Militares
7. Procuradores Autárquicos

IV – Encerradas as inscrições, os candidatos serão avaliados por meio de prova escrita, dentre as disciplinas constantes no Anexo II, valendo 10,0 (dez) pontos, contendo uma questão discursiva, valendo 5,00 (cinco) pontos e cinco questões objetivas valendo 1,00 (um) ponto cada, a ser realizada em local, data e horário posteriormente divulgados, sendo considerado inabilitado o candidato que zerar as questões objetivas ou a discursiva;



ESTADO DO CEARÁ
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

V- O quantitativo de 15(dez) vezes do número de vagas definidas neste edital, por área acadêmica, e o quantitativo de 10(dez) candidatos, nas áreas acadêmicas de Estatística e de Comunicação social com habilitação em jornalismo, estarão habilitados para a segunda fase da seleção, consistente em entrevista, de caráter eliminatório e classificatório, valendo 10,0 (dez) pontos, em data a ser definida e publicada pelo NUGE, onde serão os candidatos avaliados nos seguintes aspectos:

- a) apresentação pessoal;
- b) fluência verbal e capacidade de organização e coerência de ideias;
- c) objetividade em suas argumentações;
- d) inter-relacionamento(sociabilidade e humor);
- e) afinidade com a área de atuação do estágio.

VI- Consideram-se aprovados os candidatos que obtiverem nas provas escritas e avaliação da entrevista, escore mínimo de 5,00 (cinco) em cada, podendo os demais habilitados remanescentes serem convocados em caso de vacância, dentro do prazo de vigência dos respectivos convênios, a contar da publicação do resultado final da seleção;

VII – Os aprovados por ordem de classificação e dentro do número de vagas ofertadas serão lotados conforme critérios de conveniência e oportunidade da Administração Pública;

VIII- Os candidatos habilitados no presente certame, que ficarem no quadro de cadastro de reserva, poderão, se assim concordarem, ser lotados para exercerem suas funções na Promotoria de Justiça do Juizado de Combate a Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher ou nos Núcleos de Justiça Comunitária do Pirambu e da Messejana;

IX- Mediante expedição de Edital, o Procurador Geral de Justiça convocará os estagiários habilitados para o início do exercício das atividades de estágio, de acordo com os quantitativos previstos no anexo I;

X- Por ocasião das provas os candidatos deverão portar o comprovante de inscrição e documento de identificação com foto;

XI – A atuação do estagiário será remunerada com auxílio-transporte e bolsa de estudo no valor de R\$ 600,00(seiscientos reais), não criando qualquer vínculo com a Administração, sendo-lhe garantido a instituição de seguro contra acidentes pessoais, em decorrência do que dispõe o artigo 9º, inciso IV, da Lei Federal nº 11.788, de 25 de Setembro de 2008;



**ESTADO DO CEARÁ
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA**

XII- A carga horária do estágio será de (6) seis horas diárias e trinta (30) semanais;

XIII – O exercício do estágio será precedido da assinatura do termo de compromisso de estágio, a ser subscrito pelo Procurador Geral de Justiça, a Coordenadora do Núcleo Gestor de Estágio, a Instituição de Ensino Superior e o Estagiário;

XIV – A atuação do estagiário será sintetizada em resenhas trimestrais, sob a supervisão de sua Chefia Imediata que as encaminhará ao NUGE com a finalidade de subsidiar a elaboração de programas de aperfeiçoamento e reorientação do estágio, bem como para respaldar a expedição de documentos a ele relacionados;

XV – O Núcleo Gestor de Estágio manterá prontuário individualizado de cada estagiário, onde serão coligidas todas as informações acerca do seu desempenho;

XVI – Semestralmente, o estagiário comprovará perante o NUGE a sua aprovação nas disciplinas para as quais estava matriculado, através de documento oficial emitido pela Instituição de Ensino Superior;

XVII – É permitido ao estagiário afastar-se do serviço nos dias de seus exames, mediante prévia ciência do membro do Ministério Público junto ao qual exercer o estágio;

XVIII – Na vigência do período de férias escolares, a jornada do estágio será estabelecida em rodízio de escala, através de comum acordo entre o estagiário e o membro do Ministério Público que supervisiona o estágio, conforme o art. 13, da Lei 11.788/2008;

XIX- Fica assegurado às pessoas portadoras de deficiência o percentual de 10% (dez por cento) das vagas ofertadas no certame, em conformidade com o disposto no art. 17, § 5º, da Lei Federal nº 11.788/2008;

XX – O estagiário poderá ser dispensado de suas funções, a pedido, ou desligado do quadro, por proposta fundamentada do membro do Ministério Público perante o qual estiver designado, por deliberação do Procurador Geral de Justiça, sendo-lhe assegurado o exercício do contraditório e da ampla defesa, mediante recurso administrativo, no prazo de 10 (dez) dias, a contar da data da ciência da decisão;



**ESTADO DO CEARÁ
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA**

XXI – Por conveniência do serviço, poderá o estagiário ser desligado a qualquer tempo, a juízo do Procurador Geral de Justiça ou do Membro do Ministério Público a qual estiver vinculado, assegurando-lhe o contraditório e a ampla defesa;

XXII – Será o estagiário compulsoriamente desligado de suas atividades, quando da conclusão do curso perante a Instituição de Ensino Superior;

XXIII – Os casos omissos e as dúvidas decorrentes do presente instrumento de convocação serão dirimidos a partir de orientações emanadas das Leis Federais n^os 8.625, de 12 de fevereiro 1993 e 11.788, de 25/09/2008, da Lei Complementar Estadual n^o 72, de 12 de dezembro de 2008, da Resolução n^o 42, de 16 de junho de 2009 do CNMP, do Provimento n^o 92/2009 e demais atos dos órgãos de Administração Superior do Ministério Público do Estado do Ceará.

XXIV - O Ministério Público do Estado do Ceará reserva-se o direito de proceder às convocações em número que atenda ao interesse e às necessidades do serviço, de acordo com a disponibilidade orçamentária e o número de vagas existentes.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

GABINETE DA PROCURADORA GERAL DE JUSTIÇA,
em Fortaleza, aos 30 de Agosto de 2010.

Maria do Perpétuo Socorro França Pinto
Procuradora Geral de Justiça



ESTADO DO CEARÁ
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

ANEXO I - EDITAL N° 07/2010

NÚCLEO DE JUSTIÇA COMUNITÁRIA DO GRANDE BOM JARDIM		
ITEM	ÁREA DE ATUAÇÃO	QUANTITATIVO
01	DIREITO	02
02	SERVIÇO SOCIAL	01
03	PSICOLOGIA	01
04	ESTATÍSTICA	C.R*
TOTAL		04

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DO JUIZADO DE COMBATE A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER DE JUAZEIRO DO NORTE		
ITEM	ÁREA DE ATUAÇÃO	QUANTITATIVO
01	DIREITO	01

O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (CF, art. 127)



**ESTADO DO CEARÁ
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA**

06	SERVIÇO SOCIAL	01
09	PSICOLOGIA	01
TOTAL	03

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DO JUIZADO DE COMBATE A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER

ITEM	ÁREA DE ATUAÇÃO	QUANTITATIVO
01	DIREITO	C.R*
02	SERVIÇO SOCIAL	C.R*
03	PSICOLOGIA	C.R*
TOTAL	-

NÚCLEOS DE JUSTIÇA COMUNITÁRIA DO PIRAMBU E GRANDE MESSEJANA

ITEM	ÁREA DE ATUAÇÃO	QUANTITATIVO
01	DIREITO	C.R*
02	ESTATÍSTICA	C.R*

O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (CF, art. 127)



**ESTADO DO CEARÁ
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA**

03	COMUNICAÇÃO SOCIAL COM HABILITAÇÃO EM JORNALISMO	C.R*
TOTAL	-

* Cadastro de Reserva



**ESTADO DO CEARÁ
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA**

ANEXO II – EDITAL Nº 007/2010

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DE DIREITO

Ciência Política e Teoria do Estado: 1. Conceito de Política; 2. O Estado na história e suas interpretações; 3. Poder do Estado e Ideologias modernas; 4. Tópicos Fundamentais da teoria social, sintetizando politicamente o Estado; 5. Estado Moderno; 6. Formas e Sistemas de Governo; 7. Sociedade e Estado no Brasil.

Introdução a Ciência do Direito: 1. Enfoque para o saber jurídico; 2. A epistemologia jurídica; 3. A pluralidade de significações do direito; 4. A ciência do direito; 5. Dogmática Jurídica; 6. As escolas jurídicas; 7. Teoria do ordenamento jurídico e a questão das antinomias jurídicas; 8. Fontes do direito; 9. Enciclopédia jurídica; 10. Relação jurídica; 11. A argumentação jurídica e o estado de direito; 12. Noções básicas de hermenêutica e interpretação do direito; 13. Integração e o problema das lacunas no direito; 14. O dogma da completude do ordenamento jurídico; 15. Juscibernética.

Direito Civil I: 1. Raízes do direito civil; 2. Noções sobre aspectos da lei de introdução ao código civil (art. 1º ao 7º); 3. A evolução histórica do direito civil brasileiro; 4. As pessoas, os bens, os atos, os fatos, e os negócios jurídicos; 5. Os negócios jurídicos e seu regime; 6. A prescrição e a decadência; Da prova;

Direito Penal I: 1. Conceito, objetivo e características do Direito Penal; 2. Normas jurídicas e penas; 3. Fontes e princípios fundamentais; 4. Evolução do direito penal no Brasil; 5. Aplicação da lei penal (art. 1 a 12 do Código Penal); 6. Crime (art. 13 a 25 do Código Penal); 7. Imputabilidade Penal (art. 26 a 28 do Código Penal); 8. Penas: espécies, requisitos, aplicação, concurso de crime, suspensão condicionada, efeitos de condenação, reabilitação; 9. Medidas de segurança (art. 96 a 99 do Código Penal); 10. Ação penal (art. 100 a 106 do Código Penal).

Direito Constitucional I: 1. História e evolução do constitucionalismo brasileiro; 2. Importância e supremacia do Direito Constitucional; 3. A Constituição de 88; 4. O Poder Constituinte; 5. Teoria da Ordem Constitucional; 6. Princípios Constitucionais e os Direitos e Garantias Individuais e Coletivos.

Filosofia do Direito: 1. Noções de Filosofia do Direito: conceito, objeto, método; 2. Filosofia do Direito x Ciência do Direito; 3. Relação da Filosofia do Direito com os demais saberes jurídicos; 4. A evolução histórica da Filosofia do Direito; 5. Principais sistemas filosóficos – jurídicos; 6. A Filosofia Do Direito no Brasil e no Ceará.

Direito Civil II: 1. O Direito das obrigações com seus temas fundamentais: das obrigações em geral; classificação; obrigações quanto ao objeto; obrigações quanto ao sujeito; execução das obrigações, modalidade de pagamentos e outros meios de extinção das obrigações. 2. Execução das obrigações e suas consequências; 3. Garantias e privilégios de crédito; 4. Transmissão das obrigações.

Direito Penal II: 1. Os tipos penais existentes na parte especial do Código Penal; 2. Crimes contra a pessoa; 3. Crimes contra o patrimônio; 4. Crimes contra a propriedade imaterial; 5. Crimes contra a organização do trabalho.

Direito Civil III: 1. Apresentação da teoria geral do contrato, sua formação e classificação; 2. Análise das espécies contratuais previstas no código civil e outras espécies contratuais; 3. Estudo da responsabilidade civil; 4. Responsabilidade objetiva e subjetiva, a culpa; 5. Conceito e espécie, e as declarações unilaterais de vontade.

Direito Penal III: 1. Crimes contra a família; 2. Crimes contra a incolumidade pública; 3. Crimes contra a paz pública; 4. Crimes contra a fé pública e dos crimes contra a administração pública.

Teoria Geral do Processo: 1. A teoria geral do processo; 2. Sociedade e Tutela Jurídica; 3. A norma processual; 4. Princípios gerais do direito processual; 5. Jurisdição; 6. Organização judiciária; 7. Competência; 8. Serviços auxiliares da justiça; 9. Das funções essenciais à justiça; 10. Ação; 11. Processo e Procedimento.

Direito Constitucional II: 1. Organização do Estado Brasileiro e dos Poderes da República; 2. Processo Legislativo; 3. O Poder Executivo; 4. O Poder Judiciário; 5. Defesa do Estado e das Instituições Democráticas.



**ESTADO DO CEARÁ
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA**

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DE SERVIÇO SOCIAL

Introdução ao Serviço Social;
Formação Sócio-Histórica do Brasil;
Seminário do Serviço Social;
Pesquisa em Serviço Social
Fundamentos Histórico, Teórico e Metodológico do Serviço Social I;
Seminário do Serviço Social II;
Pesquisa em Serviço Social II;
Fundamentos Histórico, Teórico e Metodológico do Serviço Social II;
Estatuto do Idoso, Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003;
Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei 8.069, de 13 de julho de 1990.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DE PSICOLOGIA

Introdução à Psicologia: A Psicologia como ciência; Evolução histórica do pensamento psicológico (história, objeto e métodos); Relação da Psicologia com outras Ciências e Correntes Filosóficas (Funcionalismo, Estruturalismo e Associacionismo); Bases históricas dos Sistemas Psicológicos (*Behaviorismo*, Psicanálise, Abordagem Gestáltica, Abordagem Centrada na Pessoa e Psicodrama).

Sistemas e Teorias Psicológicas: Teoria Comportamental (Desenvolvimento histórico, principais correntes e conceitos, atualidades); Teoria Psicanalítica (Processo histórico da construção da Psicanálise, Teoria Freudiana e demais correntes de bases psicanalíticas, atualidades); Teoria Humanista (Bases Fenomenológica-existenciais, principais conceitos da Abordagem Gestáltica, Centrada na Pessoa e Psicodramática, atualidades).

Metodologia da Pesquisa Científica em Psicologia: A pesquisa científica: pólos epistemológico, teórico e metodológico; O lugar da observação na pesquisa em Psicologia; Questões de validade, fidedignidade e precisão; Métodos e Técnicas de observação; Tipos de registro, instrumentos e equipamentos utilizados.

Psicologia Social: Caracterização e fundamentação teórica da Psicologia Social; Escolas da Psicologia Social: conceitos, categorias e aspectos metodológicos; Indivíduo e Sociedade: Algumas categorias e processos fundamentais em Psicologia Social; O indivíduo, as instituições e atuação do(a) psicólogo(a) no contexto social.

Psicologia Comunitária: Principais conceitos, histórico, papel, métodos e práticas.

Psicologia do Desenvolvimento e da Aprendizagem (Infância, Adolescência e Velhice): Perspectivas históricas, principais teorias e compreensão das diversas correntes do desenvolvimento e da aprendizagem.

Processos Psicológicos Básicos: Noções sobre o funcionamento do psiquismo humano em relação aos seguintes fatores: atenção, percepção, inteligência, memória, sensação, linguagem, pensamento, emoção.

Ética Profissional: Código de Ética Profissional dos Psicólogos (com atualizações); Ética aplicada ao campo clínico, escolar, jurídico, hospitalar, sócio-comunitário e organizacional.

Tópicos Especiais em Psicologia (atualidades): Formação e atuação do psicólogo na perspectiva institucional e com outras áreas do conhecimento; Psicologia, Ciência e Profissão: Novas práticas, movimentos, debates, articulações visando o aprimoramento da profissão; Estudos contemporâneos, suas relações com o saber psicológico e aplicações na vida cotidiana.



ESTADO DO CEARÁ
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL COM HABILITAÇÃO EM JORNALISMO

1 – Teoria da Comunicação Social: (Origem dos estudos: a pesquisa norte-americana. Estudo dos efeitos. Teoria Hipodérmica. Evolução da Teoria Hipodérmica. Abordagem “da persuasão”. Teoria dos Efeitos Limitados e o modelo do two-step flow. Teoria Funcionalista. Teoria Matemática da Comunicação. Modelo de Lasswell. Teoria Crítica. Indústria Cultural como sistema. O indivíduo na era da Indústria Cultural. Escola Francesa. Modelo burocrático-industrial de produção. Escola de Birmingham. Agenda Setting. Formulações de McLuhan. Imperialismo Cultural. Teoria Culturoológica. Teoria da Informação. Enfoque semiótico)

2 – História do Jornalismo Brasileiro (História do Jornalismo no Brasil: periodização, temas e personagens. Relações entre imprensa e poder no Brasil. Proibição das prensas e folhas de notícias pré-1808. Jornalismo brasileiro durante a República Velha, Tenentismo e Revolução de 30. Imprensa das elites e imprensa dos trabalhadores. Panorama da imprensa sob a censura do Estado Novo. Imprensa brasileira na República Nova. Ascensão do império de Assis Chateaubriand (Associados). Transformações originadas pelo rádio e pela televisão. Desenvolvimento da atividade profissional do jornalista no Brasil. Constituição de um mercado de trabalho e ação política e social. Das associações corporativas aos sindicatos profissionais. Imprensa brasileira no Regime Militar e Redemocratização. Os jornalistas e o golpe de 1964: opções ideológicas e profissionais. Jornalistas brasileiros exilados. Panorama da imprensa sob a censura da Ditadura Militar. Jornalistas brasileiros e resistência à (ou colaboração com a) Ditadura. Relação com a realidade brasileira)

3 – História do Jornalismo Cearense (Aspectos históricos da Imprensa no Ceará. Dos primeiros jornais aos atuais. O rádio e a televisão. Jornal alternativo do Ceará à época da ditadura militar. Regulamentação da profissão de jornalista no Ceará. A criação e o papel do Sindicato dos Jornalistas no Ceará. Jornais de orientação popular criados e extintos na história recente. A situação atual);

4 – Técnicas de Reportagem e de Entrevista (Conceitos e atributos do jornalismo. O estilo jornalístico e suas características. Conceitos, técnicas e atributos da notícia. Pauta: produção, redação e execução. Entrevista: formatos. Fontes de informação: questões éticas e técnicas. Reportagem: atributos estéticos, técnicas e linguagem)

5 – Assessoria de Comunicação Social (Evolução Histórica. Estrutura de uma Assessoria. Funções básicas. Pesquisa e Planejamento. Sistema de controle e acompanhamento. A Empresa Jornalística. O Produto Jornalístico. O profissional Jornalista. Release. Sugestão de pauta. Entrevistas. Contatos informais. Eventos em geral. Gerenciamento de crises. Comportamento e postura do cliente e de seus representantes face a diversas situações.)



**ESTADO DO CEARÁ
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA**

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DE ESTATÍSTICA

- **Introdução à Estatística**

População e amostra, medidas estatísticas e análise exploratória de dados.

- **Computação aplicada à Estatística**

Uso de ferramentas da informática (Microsoft Excel) na análise de dados estatísticos.

- **Probabilidade**

Eventos, Espaço Amostral e Probabilidade.

- **Estatística Descritiva**

Análise gráfica dos dados, Tabelas e Medidas de Dispersão.